



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC  
CENTRO DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA - CIA  
CAMPUS I CAMPINA GRANDE - PB  
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

**MARCOS MARCÍLIO DOS SANTOS**

**O ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO A PARTIR DA ESPECIFICIDADE  
DA FILOSOFIA**

**CAMPINA GRANDE, PB  
2014**

**MARCOS MARCÍLIO DOS SANTOS**

**O ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO A PARTIR DA ESPECIFICIDADE  
DA FILOSOFIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Estadual da Paraíba como  
requisito para a obtenção do título de graduado  
no curso de Licenciatura em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Valmir Pereira.

**CAMPINA GRANDE, PB  
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237e Santos, Marcos Marclio dos  
O ensino de filosofia no ensino médio a partir da  
especificidade da filosofia [manuscrito] / Marcos Marcilio dos  
Santos. - 2014.  
42 p.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.  
"Orientação: Prof. Dr. Valmir Pereira, Departamento de  
Filosofia".

1. Filosofia 2. Ensino de Filosofia 3. Ensino Médio I.  
Título.

21. ed. CDD 100

MARCOS MARCILIO DOS SANTOS


**O ensino de filosofia no ensino médio a partir da especificidade da filosofia**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Filosofia.

Aprovado em 10/12/2014.



Prof. Dr. Valmir Pereira / UEPB  
Orientador



Prof. Dr. José Arlindo de Aguiar Filho / UEPB  
Examinador



Profª. Drª. Maria Simone Marinho Nogueira / UEPB  
Examinadora

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus pais, Maria de Lourdes dos Santos e José Hugo Aureliano, pelo esforço e trabalho e por terem sempre acreditado na educação, apoiando e incentivando meus estudos, sei dos grandes sacrifícios que fizeram para a concretização deste sonho a vocês meu maior agradecimento.

Aos meus avós (Augusta, Vicente, José Aureliano (duda) in memoriam). E a minha avó Emiliana pelo grande exemplo de força e dedicação aos seus filhos e netos.

A José Marcelo meu irmão, pela contribuição com suas idéias e discussões sobre filosofia.

A minha professora (Tia Norma), que com sua dedicação e amor a sua profissão me ensinou a ler e escrever.

Ao Sr. Reinaldo Toscano e Sr.<sup>a</sup> Dilza e sua família pela acolhida em sua casa, pelo cuidado e amizade que me acompanharam durante toda a minha formação em Campina Grande - PB.

A Senhora Verônica (Vera), pelo incentivo e apoio nos momentos em que precisei.

A minha namorada Jaqueline Nayara, por toda paciência, compreensão, carinho e amor. Você foi à pessoa que compartilhou comigo os momentos de tristezas e alegrias. Além deste trabalho, dedico todo meu amor a você.

Aos meus Padrinhos João e Margarida, que com generosidade me acompanharam com suas orações e cuidado, a voçes minha gratidão.

Ao grupo do Pibid/Filosofia (2012 -2014) da Universidade Estadual da Paraíba, coordenado pelo professor Valmir Pereira e a supervisora professora Kaligiana Farias.

## AGRADECIMENTOS

A Deus senhor da história, que por muitos caminhos me conduziu até aqui e sem o qual nada teria acontecido.

Aos meus familiares, de modo especial, tia Pretinha, tia Norma, Vagner, tio Wilson, pelo apoio e colaboração durante meus estudos.

Aos amigos, Pe. Ramos, Pe. Cristiano, Pe. Raniery, Joelton, Rodrigo, Evanir, Marineide e Eraldo, Francisca e José Alves, Francisco e Jane, Zuleide que sempre me incentivaram, apoiaram e que sempre estiveram ao meu lado.

Aos meus colegas de classe Márcia Baptista, Maria Clara, Daniel Avelino, Claudiney e Rosinete pela amizade e companheirismo durante esta jornada.

Aos demais colegas de classe pelos momentos especiais que pudemos compartilhar ao longo do curso.

Aos professores do curso de Filosofia que me acompanharam durante toda a formação, de modo particular ao Professor Valmir Pereira, pelos momentos de estudo e reflexão que culminaram neste trabalho.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria: a felicidade, mas na verdade.

André Comte - Sponville

## RESUMO

A compreensão do que vem a ser filosofia e sua finalidade, bem como seu ensino, demanda muito estudo e reflexão, esta busca pelo conceito de filosofia ocupou boa parte da história da filosofia, em que vários pensadores procuraram definir suas concepções de filosofia, a própria questão o “que é filosofia?” se configura por ser um problema filosófico. Nosso trabalho tem como objetivo oferecer elementos básicos para a compreensão desta disciplina em nosso contexto educacional, assim como apontamentos que nos permitem pensar a prática docente e os desafios que precisam ser enfrentados no projeto de consolidação desta disciplina no escopo educacional brasileiro e, sobretudo, a contribuição efetiva da filosofia na educação brasileira. Nosso trabalho tem como referenciais metodológicos a pesquisa bibliográfica e, para lançar luzes sobre o nosso problema, estabelecemos os seguintes objetivos: refletir sobre a filosofia e seu ensino a partir de sua especificidade, apontar alguns rumos para um melhor ensino de Filosofia no Ensino Médio, bem como indicar conceitos básicos a partir de pensadores e estudiosos que lidam com esta problemática. Consideramos que a atividade do docente em Filosofia deve ter sua raiz na especificidade da filosofia como fonte originária no desenvolvimento de tal atividade, vemos que a escola pública é o espaço privilegiado, para a consolidação e vitalização da filosofia. Igualmente, ressaltamos a importância cultural e política do professor de Filosofia, pois, este o responsável mais direto para pela mediação entre o aluno e o saber filosófico, tendo claros os limites impostos pelas condições em que atua, a fim de evitar falsas expectativas que acabam causando frustrações e desânimo.

Palavras – Chave: Filosofia - Ensino de Filosofia – Ensino Médio.



## ABSTRACT

The comprehension of the philosophy and its goal, as of its education, demands a lot of thought and study, this search for the concept of philosophy occupied a high share of the philosophy's history, where several thinkers searched to determine their conceptions of philosophy, the very question "what is philosophy?" is configured as a philosophical problem. Our work has the objective to offer basic elements for the comprehension of this class in the present educational context, as well as notes that allow us to think the teaching practice and the challenges that need to be confronted on the project of consolidation of this class in the Brazilian educational scope and, specially, the effective contribution of the philosophy on the Brazilian education. Our work has as methodological framework the bibliographical search and, to enlighten our problem, we established the following objectives: think about the philosophy and its teaching from its specificity, indicate some ways to a better teaching of philosophy in the High School, as well as point basic concepts from scholars that deal with this issue. We consider that the activity of the philosophy instructor must have its roots on the specificity of the philosophy as original font of the development of such activity, we see that the public school is the privileged space, for the consolidation and vitalization of the philosophy. Also, we emphasize the cultural and political significance of the philosophy's teacher, because he is the most directly responsible for the mediation between the student and the philosophical knowledge, having clear boundaries imposed by the condition that he acts, with the objective to avoid false expectation that causes frustration and discouragement.

Key words: Philosophy. Philosophy's teaching. High School.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>09</b>
<b>I. O que é para quê filosofia.....</b>	<b>12</b>
<b>II. A filosofia e seu ensino no Brasil.....</b>	<b>19</b>
<b>III. O ensino de filosofia a partir da especificidade da filosofia .....</b>	<b>26</b>
<b>IV. A docência em filosofia a partir da especificidade da filosofia.....</b>	<b>33</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>39</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>41</b>

## INTRODUÇÃO

Na atualidade moderna surge a grande necessidade de instruir e educar grandes massas da sociedade, tendo como objetivo oferecer uma formação geral para o mercado de trabalho. Este tipo de ensino é marcadamente técnico, seguindo uma racionalidade da produção industrial. Assim sendo, a educação é tratada por especialistas que desenvolvem seus currículos e matérias onde os professores precisam apenas executá-los.

Destarte, na filosofia esta racionalidade técnica não produz aquilo que a mesma preconiza em sua especificidade, devendo levar em conta diferenças em sua maturação afetiva e intelectual e, sobretudo, as diferenças culturais e sociais, haja vista que o “micro-contexto escolar” e o “macro-contexto social” refletem nas aulas e incidem ativamente nos processos de ensino e aprendizagem.

Outrossim, na formação do professor de filosofia não basta aprender uma série de dicas ou utilizar-se da criatividade apoiado por manuais, tendo em vista uma melhor atuação na sala de aula e, conseqüentemente, garantir o aprendizado do aluno, de apenas uma matéria que conhece. É necessário que este seja capaz de produzir ou realizar algo em sua disciplina, devendo ser formado em princípios que lhe permitam enfrentar criticamente sua prática docente. Neste sentido, como aponta Obiols (2002, p.117) “a identidade do professor de Filosofia é marcada não só pelo ensino de filosofia, mas, sobretudo pela sua produção filosófica como atividade intrínseca ao ser de professor”.

Nem sempre uma melhor formação é garantia de um bom trabalho em sala de aula, pois o espaço que o futuro professor vai atuar não oferece condições necessárias para o exercício de sua profissão. Acrescenta-se a estes elementos a falta de estrutura nas escolas, resistência dos alunos, quantidade excessiva de alunos por sala, baixos salários e jornadas extensas; dentre outras adversidades que acabam por prejudicar sua atividade docente.

Ao lado disso, percebe-se que é grande o desafio no que se refere à docência em filosofia, num mundo marcado pelo excesso de informação não somos levados a refletir sobre aquilo que nos é apresentado: evidentemente chega a sala de aula onde o professor é desafiado a acompanhar este ritmo. O que podemos aferir a partir da leitura das Orientações Curriculares para Filosofia é que temos um campo aberto e desafiador que vai desde a consolidação do ensino de Filosofia o (ensino médio público) até a formação filosófica dos

futuros professores, no tocante à formação na graduação, como indicado nos documentos oficiais, é imperativo que o professor de filosofia deva ser também um produtor de filosofia.

Ainda no que diz respeito ao que o documento apresenta-nos, é imprescindível que se leve em conta a especificidade da filosofia, pois cabe à filosofia a capacidade de reflexão, de análise, de reconstrução racional e crítica, elementos estes essenciais para a formação de sujeitos verdadeiramente emancipados; individual e coletivamente.

Nosso trabalho tem como referenciais metodológicos a pesquisa bibliográfica e, para lançar luzes sobre o nosso problema, estabelecemos os seguintes objetivos: refletir sobre a filosofia e seu ensino a partir de sua especificidade, apontar alguns rumos para um melhor ensino de Filosofia no Ensino Médio, bem como indicar conceitos básicos a partir de pensadores e estudiosos que lidam com esta problemática.

Recorremos as obras de Karl Marx (1843 e 1846), Martin Heidegger (1989) *Que é isto - A Filosofia?*), análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais /Filosofia (2008) e Orientações Curriculares de Filosofia (2006), e como base de compreensão utilizamos os estudos de Cerletti (2008), Obiols (2012), Filosofia (2010) e Campaner (2012) dentre outros autores.

Nossa proposta de trabalho surgiu da necessidade de aprofundar o estudo sobre o ensino de Filosofia no Ensino Médio, decorrente de indagações, inquietações etc., oriundos de atividades desenvolvidas pelo PIBID, quando constatamos inúmeros questionamentos da presença e utilidade da Filosofia na escola e os desafios que os professores enfrentam em sua prática docente e a resistência dos alunos.

A estrutura argumentativa de nosso trabalho divide-se em quatro capítulos que abordam os seguintes pontos: 1. O que é e para quê Filosofia? Para isto, utilizaremos a contribuição de Heidegger e Marx abordando o conceito de filosofia e suas possíveis contribuições na formação dos jovens, 2. A Filosofia e seu ensino no Brasil, objetivando oferecer um breve panorama da incursão da filosofia no Brasil 3. O ensino de filosofia a partir da especificidade da filosofia e 4. A docência em filosofia a partir da especificidade da Filosofia. Nestes dois últimos pontos evidenciaremos a importância de pensar o ensino voltado para o ensino médio e o ensino voltado para a formação do docente em filosofia, tendo como eixo norteador a própria filosofia.

Está fora de propósito dar respostas completas a tais questões que, porventura, venham a surgir. O que se pretende é apenas delinear um campo em que elas possam ser entendidas

em sua complexidade, de modo que consigamos observar por um meio apropriado, se não um meio de nos esbaldarmos no otimismo, ao menos uma alternativa ao pessimismo paralisante.

Contudo, acreditamos que nossa proposta oferece elementos básicos para a compreensão desta disciplina em nosso contexto educacional, assim como apontamentos que nos permitem pensar a prática docente e os desafios que precisam ser enfrentados no projeto de consolidação desta disciplina no escopo educacional brasileiro e, sobretudo, sua contribuição efetiva da filosofia na educação brasileira.

## I. O QUE É FILOSOFIA E PARA QUÊ FILOSOFIA

Ao pretendermos lecionar filosofia nas escolas no ensino médio provavelmente nos defrontaremos com duas questões que despontam de modo praticamente infalível e incontornável, na fala de alguns alunos, com uma resposta praticamente já dada para a questão sobre o que é Filosofia e Para que serve Filosofia? Tais questões cobram não apenas uma resposta sobre a finalidade, mas, sobretudo, sobre sua serventia e utilidade na vida prática cotidiana.

Algumas inquietações do aluno colocam o professor de Filosofia a partir dos seus primeiros dias de atuação diante do grande desafio que é lecionar; o professor passa a ser instigado a justificar e conceituar toda a filosofia e, conseqüentemente, seu ensino, para o aluno deve feito em poucas palavras, sendo que estas precisam ser de fácil e objetiva compreensão, sem necessariamente recorrer ao esforço intelectual. A estas questões objetivas tentaremos apresentar uma resposta a partir da especificidade da filosofia, confrontando com as intervenções das Orientações Curriculares Nacionais de Filosofia, assim como elementos da Filosofia Heideggeriana e do mesmo modo, a concepção Marxista.

A compreensão do que vem a ser filosofia e sua finalidade, bem como seu ensino, demanda muito estudo e reflexão, esta busca pelo conceito de filosofia ocupou boa parte da história da filosofia, em que vários pensadores procuraram definir suas concepções de filosofia, a própria questão o “que é filosofia?” se configura por ser um problema filosófico (CERLETTI, 2009). Neste sentido, uma primeira proposta na ordem do texto, não na história da Filosofia sobre a sua especificidade emerge nos PCN/Filosofia para o Ensino Médio:

À multiplicidade real de linhas e orientações filosóficas e ao grande número de problemas herdados da grande tradição cultural filosófica somam-se temas e problemas novos e cada vez mais complexos em seus programas de pesquisa, produzindo em resposta a isso um universo sempre crescente de novas teorias e posições filosóficas. No entanto, é também verdade que essa dispersão discreta de um filosofar que se move, por certo, no ritmo longo da academia, mas que certamente não se esgota nela e que, num outro ritmo, chega mesmo a ensaiar um retorno à praça pública, não pode nos impedir de reconhecer o que há de comum em nosso trabalho: a especificidade da atividade filosófica consiste, em primeiro lugar, em sua **natureza reflexiva**. (BRASIL, 2000, p. 47).

A natureza reflexiva é, portanto, na visão do documento; específico da filosofia, a reflexão a marca desde o seu nascimento na Grécia, quando o homem começa a refletir sobre as coisas que estão a sua volta e seu espanto diante delas, nas palavras de Morra (2001, p.20) aquilo de que o homem se espanta é que as coisas são, e que são como são. A reflexão filosófica é o desejo de saber e de conhecer de maneira mais profunda e crítica, livre de representações que muitas vezes mascaram a realidade e dificultam a conquista do saber: Neste sentido, sobre a atividade reflexiva a OCN/Filosofia afirma que cabe,

Especificamente à filosofia a capacidade de análise, de reconstrução racional e de crítica, a partir da compreensão de que tomar posições diante de textos propostos de qualquer tipo (tanto textos filosóficos quanto textos não filosóficos e formações discursivas não explicitadas em textos) e emitir opiniões acerca deles é um dos pressupostos indispensáveis para o exercício da cidadania. (BRASIL, 2006, p. 26).

Um exemplo de enfrentamento dessa questão encontra-se na obra de Martin Heidegger intitulada *O que é isto – a Filosofia?* Na qual o autor oferece uma análise de forma mais conceitual sobre o que é filosofia, e por outro lado temos ainda a proposição Marxista da filosofia como meio de mudança da realidade material do homem.

Na visão Heideggeriana, essa interrogação aponta no sentido estrito do verbo “ser”, o que é específico ou aquilo que é essencial à filosofia e sem a qual ela deixa de ser filosofia, trata-se de modo particular de adentrar na especificidade da filosofia, ou seja, significa aquilo que faz da filosofia ser o que é, sua identidade, apontando o que a diferencia ao mesmo tempo o que a identifica com ela mesma das outras formas de saber.

[...] a meta de nossa questão é penetrar na filosofia, demorar - nos nela, submeter nosso comportamento às suas leis, quer dizer, “filosofar”. O caminho de nossa discussão deve ter por isso não apenas uma direção bem clara, mas esta direção deve, ao mesmo tempo, oferecer-nos também a garantia de que nos movemos no âmbito da filosofia, e não fora e em torno dela. (HEIDEGGER, 1989, p. 13)

Destarte, é filosoficamente que o professor e o aluno de filosofia devem enfrentar a questão *O que é filosofia?*, Indagações fundamentais para o ensino de filosofia; é nesta busca que deve ser encontrada a essência da filosofia, isto é, o que a caracteriza, refletindo e

estabelecendo um posicionamento razoável sobre a identidade e a diferença da filosofia, referimo-nos aqui a perspectiva de Heidegger a pergunta sobre o que é a Filosofia vai de encontro à questão pelo que é específico ou aquilo que é essencial à filosofia: “filosofia é uma espécie de competência capaz de perscrutar o ente, a saber, sob o ponto de vista do que ele é, enquanto é ente”. (HEIDEGGER, 1989, p. 18).

Fica evidente que a busca pelo o que é filosofia só pode ser feita adentrando na seara da especificidade da filosofia, a partir da filosofia e com a filosofia mesma, pois é “filosoficamente que o professor deve enfrentar a questão “o que é filosofia” questão cardinal para o ensino de filosofia”. Não se trata, portanto, de uma simples exposição de conceitos e opiniões de filósofos aos alunos, mas, sobretudo, perfazer o caminho feito por eles e a história da filosofia.

Outrossim, a tentativa de elaborar uma resposta razoável a esta questão implica num debruçar-se, que vai além da atividade do filósofo, mas no interior da própria filosofia, pois é no interior dela que tal pergunta poderá ser respondida, mesmo considerando as inúmeras respostas que foram dadas pelos filósofos é necessário buscar em sua história o seu sentido, portanto, não se trata de uma definição apenas conceitual desenvolvida por este ou aquele filósofo pertencente a determinada tradição, conforme aponta o próprio Heidegger;

A tradição não nos entrega à prisão do passado e irrevogável. Transmitir, *delivrer* é um libertar para a liberdade do diálogo com o que foi e continua sendo. Se estivermos verdadeiramente atentos à palavra e meditarmos o que ouvimos, o nome “filosofia” nos convoca para penetrarmos na história da origem grega da filosofia. A palavra *philosophía* está, de certa maneira, na certidão de nascimento de nossa própria história; podemos mesmo dizer: ela está na certidão de nascimento da atual época da história universal que se chama era atômica. (HEIDEGGER, 1989, p.16)

Ressalta ainda que,

A questão também não é de cunho histórico; não se interessa em resolver como começou e se desenvolveu aquilo que se chama “filosofia”. A questão é carregada de historicidade, é historial, quer dizer, carrega em si um destino, nosso destino. Ainda mais: ela não é ‘uma’, ela é a questão historial de nossa existência ocidental - européia. (HEIDEGGER, 1989, p.17)



Portanto, uma coisa é verificar opiniões dos filósofos e descrevê-las. Outra coisa bem diferente é debater com eles aquilo que pensam, e isto quer dizer, do que falam. Nós mesmos devemos ir com nosso pensamento ao encontro daquilo para onde a filosofia está a caminho. Segundo Heidegger, “Nosso falar deve co-responder àquilo pelo qual os filósofos são interpelados. Se formos felizes neste co-responder, respondemos de maneira autêntica à questão: Que é isto — a filosofia?” (HEIDEGGER, 1989, p. 20).

Ainda sobre conceito da Filosofia, tanto de sua identidade e finalidade, não podemos deixar de trazer à tona concepção marxista de Filosofia. Karl Marx vislumbra um papel maior da Filosofia dentro da sociedade, de modo particular para os trabalhadores, na perspectiva Marxista a filosofia ocupa um lugar importante quando se fala de transformação, muito embora seu campo de ação prática da filosofia esteja ligado ao proletariado, não deixa de conferir um papel prático para a filosofia no tocante à busca pela emancipação humana. Marx desenvolve uma crítica contra a teoria, considerando que deve-se ir além de uma teoria sobre os elementos que sugerem emancipação humana.

Deste modo, confere à filosofia um papel revolucionário no esclarecimento das massas, capitaneadas pelo proletariado isso pode ser visto quando o filósofo afirma que “a filosofia é a cabeça dessa emancipação, seu coração o proletariado”. Todavia, outros grupos na atualidade do século XXI sofrem opressões e são vítimas da exploração e reclamam sua autonomia, temos, por exemplo: o mundo dos trabalhadores do campo sem terra, os trabalhadores das grandes multinacionais, os índios, e os sem tetos localizados na periferia das grandes cidades etc.

Partindo deste pressuposto, Marx aponta para outra perspectiva, posto que somos dotados de consciência sobre o que somos, vivendo num mundo permeado pelas relações materiais que nos marca no espaço e tempo em que vivemos, torna-se evidente que é preciso pensar de modo contextualizado a realidade humana e seus desdobramentos, não sendo suficiente um entendimento, um conceito a respeito da realidade; em a Ideologia Alemã Marx afirma que:

[...] Nenhum destes filósofos se lembrou de perguntar qual seria a relação entre sua crítica e seu próprio meio material. [...]. As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e suas condições materiais de existência, quer se trate daqueles que encontra já elaboradas aquando do seu aparecimento quer dos que ele próprio criou. Estas bases são, portanto verificáveis por vias

puramente empíricas. A primeira condição de toda historia humana é evidentemente a existência de seres humanos vivos. (MARX 1846, p. 10 - 11)

Posto isto, a proposição marxista nos aponta para uma Filosofia enquanto meio de mudança da realidade material do homem, de modo particular em *A Ideologia Alemã* e no *Manifesto do Partido Comunista*, mas, sobretudo em sua obra intitulada: *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, em que o autor esboça uma práxis no intuito de não apenas constatar as aflições humanas, mas de apontar meios que possam ajudar os homens a pensar sobre sua existência e transformá-la sob a direção da Filosofia. Na compreensão de Sánchez, com MARX:

O problema da práxis como atividade humana transformadora da natureza e da sociedade passa para o primeiro plano. A filosofia se torna consciência, fundamento teórico e seu instrumento. A relação entre teoria e práxis é para Marx teórica e prática; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que esta relação é consciente. (SÁNCHEZ, 2011, p. 111)

Não basta simplesmente atribuir a tarefa de crítica à filosofia, não é suficiente apontar os elementos que negam, manipulam e aprisionam as pessoas ao conformismo, mas é igualmente necessário oferecer as condições para a superação, criar uma práxis que dê conta da transformação individualmente e coletivamente: neste sentido, a filosofia na concepção marxista não pode ser instrumento teórico de conservação ou justificação da realidade, mas sim de transformação:

Portanto, a tarefa da história, depois de desaparecido o além da verdade, é estabelecer a verdade do aquém. A tarefa imediata da filosofia, que está a serviço da história, é, depois de desmascarada a forma sagrada da autoalienação [Selbstentfremdung] humana, desmascarar a autoalienação nas suas formas não sagradas. A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política. (MARX, 1843, p. 146)

Como a filosofia e os que se dedicam a ela são naturalmente tidos como críticos é preciso uma compreensão acerca desta palavra vamos utilizar aqui a concepção marxista para uma compreensão de crítica, precisamente crítica radical; para Marx, o sentido de radical não quer dizer uma posição implacável sem causa, mas sim “é atacar o problema pela raiz. E a

raiz para o homem e o próprio homem”. Na concepção de Vásquez a crítica radical é a que tem como eixo norteador, o homem; crítica que responde a uma necessidade radical. Nas palavras de Marx (1843, p. 146), “A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem suporte grilhões desprovidos de fantasias ou consolo, mas para que se desvencilhe deles e a flor viva desabroche”.

Destarte, uma postura crítica não pode ser considerada satisfatória somente pelo fato de oferecer uma compreensão e interpretação sobre a realidade, senão oferece os meios para a sua libertação efetiva, tal postura segundo Marx, contribui para a aceitação do mundo e deste modo opõe-se a transformação, denuncia Marx na TESE XI: *Da interpretação do mundo à sua transformação*. É preciso ter claro que não se trata de abandonar a interpretação filosófica, ou seja, a teoria, o que se rejeita é uma teoria isolada da práxis, como simples interpretação do mundo.

Assim como a filosofia encontra suas armas materiais no proletariado, o proletariado encontra na filosofia suas armas espirituais, e tão logo o relâmpago do pensamento tenha penetrado profundamente nesse ingênuo solo do povo, a emancipação dos alemães em homens se completará. (MARX, 1843, p. 156)

Diante destas colocações surge uma pergunta: como se cumpre essa realização da Filosofia e quem a realiza?. Retornando ao que realmente nos importa, sobre os desafios da Filosofia e seu ensino no cenário educacional, especificamente na escola de ensino médio, afirmaremos que é na escola pública que podemos realizar esta concepção de filosofia, projeto este assumido pelo professor de Filosofia, tendo clara a especificidade da filosofia.

Não se trata aqui de uma defesa exclusiva de um pragmatismo do ensino de filosofia em detrimento da teoria, No tocante à filosofia que sempre foi entendida como aquela atividade que não busca uma utilidade, mas sim dos princípios fundamentais e das finalidades últimas. Contudo, entre estas duas distinções: a pragmática que tende a situar-se como uma especialidade entre as demandas do mundo de hoje e a do orgulho metafísico de estar acima de qualquer prática e saber específico, devêssemos vislumbrar outra possibilidade:

E uma maneira de termos os pés assentes na terra é termos ao lado dos estudos mais teóricos os estudos mais práticos — e ambos terão de se

alimentar e enriquecer entre si. Sempre foi e sempre será nesta dialética entre o mais concreto e imediato e o mais abstracto e mediato que as grandes idéias humanas se desenvolveram. (MURCHO, 2014)

Destarte, a filosofia e seu ensino dentro da escola devem aprofundar a reflexão no intuito de revisar as conjecturas que se apresentam como óbvias de certas realidades, que sugerem uma ordem natural, diante disso a Filosofia irrompe com a sua radicalidade do seu interrogar. Nas palavras de Cerletti (2009), a filosofia na escola nunca teria que ser “mais do mesmo já que lhe é próprio incidir no que há” fazendo com que o professor e seus alunos tenham capacidade voltar seus olhares problematizadores para realidade que os cercam.

Theodor Adorno (2012) nos leva a compreender que os indivíduos são fortemente pressionados: seja pela nova organização do mundo do trabalho e da produção neocapitalista, seja pela indústria cultural. Fatores que, segundo Adorno, são os responsáveis pela inviabilidade do processo de conscientização e de emancipação dos indivíduos. Diante disso, a Filosofia talvez tenha como tarefa importante proporcionar ao sujeito um conhecimento que o leve à reflexão crítica e questionadora da realidade em que vive.

Deste modo, entendemos que a filosofia cumpre um papel fundamental em nosso tempo, mas precisamente na escola, espaço em que a manutenção da(s) ideologia(s) se efetiva tendo em vista uma permanente homogeneização dos indivíduos. Contudo é neste espaço que os alunos juntamente com o professor devem pensar este mundo em que vivemos e decidir de que modo nos situamos nele, atitude que não dá nada por imaginado e não se acomoda com o que os demais pensem por ele ou por ela.

## II. A FILOSOFIA E SEU ENSINO NO BRASIL

Para se ter uma compreensão das dificuldades e do modelo de ensino de Filosofia que temos na atualidade brasileira é preciso fazer uma incursão, ainda que de modo breve, sobre a inserção da Filosofia neste continente, o que na visão de alguns pensadores brasileiros chamam da aclimação da razão nos trópicos, o que leva a uma compreensão de uma não produção filosófica genuinamente brasileira, mas sim adaptações do pensamento europeu; nas palavras de Varela,

A maioria dos pensadores desenvolveram seu esforço teórico, deixando-se guiar por modelos filosóficos já constituídos, não existindo, aparentemente, qualquer autonomia e originalidade em seu pensar situado. Assim sendo, o pensamento brasileiro reumir-se-ia a um mosaico de influências dos movimentos alienígenas que o interceptaram, a história da filosofia mais não sendo do que o pálido reflexo das influências sucessivamente recebidas (VARELA, 1999, p. 504)

O início da filosofia no Brasil é marcada pelo grande movimento do positivismo, sobremaneira o positivismo Comteano que ditou em grande parte seu escopo científico, assim não só a filosofia andava sobre os ditames do positivismo, mas, sobretudo toda uma visão de mundo calcados nos rígidos padrões morais da sociedade em que viviam, de modo que configurou um dualismo entre as condições reais da vida e a sedução de uma cultura de feição europeia que não conseguia inserir vitalmente no corpo em crescimento da sociedade brasileira, conforme aponta Lima Vaz:

A atividade filosófica não teve entre nós, na fase a que nos referimos, caráter de uma cultura orgânica – exprimindo assim a mais alta manifestação desta cultura, mas foi iniciativa de intelectuais isolados, e manifestação tipicamente marginal da vida cultural [...] onde as qualidades do pensador ficam irremediavelmente comprometidas pelo auto didatismo livresco, que impõe á curiosidade especulativa uma problemática de importação, sensível unicamente às novidades estrangeiras da livraria (VAZ, 1961, p. 237)

Lima Vaz (1961) faz um percurso na história do pensamento filosófico no Brasil, em um artigo que foi publicado na Revista Portuguesa de Filosofia, intitulado: *O pensamento*

*filosófico no Brasil Hoje*. O seu texto procura de maneira crítica, apresentar o movimento do pensamento filosófico no Brasil, oferecendo elementos de nossa história que foram importantes para a introdução da filosofia e, ao mesmo tempo, apontando os limites para o exercício filosófico.

Para enfrentar estes limites e oferecer melhores condições que permitissem uma maior produção filosófica, são criadas as faculdades de filosofia, vistas como órgãos privilegiados de criação cultural, sobretudo nos anos 20, encontrando o sentido histórico da sua missão juntamente na tarefa de traçar sua visão de mundo, abrindo novas perspectivas dentro da esfera social e política, bem como uma nova consciência que se desperta. Diferentemente da fase pré-universitária, onde o pensamento é autodidata e isolado, na fase institucional os pensadores têm à sua disposição os meios necessários para sua preparação metódica e rigor técnico exigidos pelo labor filosófico. Neste sentido, as Faculdades de Filosofia que são criadas neste período são vistas como:

Instrumentos normais de elaboração de uma cultura superior de caráter puro, em continuidade orgânica com os outros planos estruturais da vida intelectual da nação. Elas devem proporcionar as condições ideais para a atividade filosófica como manifestação mais alta desta cultura em que exprimir-se as tendências profundas e as exigências históricas autênticas da vida nacional (VAZ, 1961, p. 241).

Neste contexto Lima Vaz aponta para a contribuição fundamental das Universidades Católicas, ao mesmo tempo em que o pensamento filosófico a nível universitário assume um papel importante no processo cultural brasileiro, o pensamento cristão surge como um componente fundamental na compreensão do nosso ser e o nosso destino.

A descrição de Lima Vaz do percurso da filosofia no Brasil deixa claro que não há uma filosofia do Brasil, mas apenas enxertos unidos pelo positivismo que marcou profundamente a história inicial do Brasil, a filosofia em seu início esteve a serviço de uma estruturação de uma identidade nacional onde entravam em cena apenas os pensadores clássicos que referendam tais ideias, o mesmo acontece dentro dos cursos oferecidos pela faculdade de Recife num primeiro momento e, depois, em São Paulo, onde predominava o Direito, a filosofia por sua vez ficava a margem.

Destarte, o autor nos oferece um panorama histórico, bem como seu contexto, apresentando as influências que cada pensador viveu e que culminou em suas obras, de qualquer modo o artigo de Lima Vaz oferece-nos um importante recorte da história do Brasil que de certo modo caminha como a possibilidade de uma filosofia no Brasil. Para tanto, se faz necessário que se pense filosofia por ela mesma, levando em conta as significações de uma cultura que se transforma; o autor, neste sentido, considera que não há como diante dos problemas mais radicais esvaziar a pergunta filosófica, sendo este elemento constitutivo da atividade filosófica.

A tarefa eminente da filosofia é inserir-se nos processos de transformação do mundo cultural para interpretá-los: é por uma exigência interna que a reflexão de CORBISIER procura participar ativamente do processo ora em curso da cultura brasileira de passagem de uma estrutura dependente ou colonial, como se exprimem os teóricos do ISEB para uma estrutura autônoma. (VAZ, 1961, p. 253)

Tendo fixado os antecedentes históricos sobre a Filosofia no Brasil, um breve Panorama da trajetória do ensino nos últimos 50 anos até a sua volta enquanto disciplina obrigatória torna-se importante para compreendermos o desenrolar do ensino de Filosofia. Foi através de uma missão francesa formada por professores de renome daquele mesmo país, que chegou ao Brasil em 1940, tendo como objetivo criar e desenvolver o ensino de filosofia da então recém criada USP (Universidade São Paulo), fundada em 1934, que atendia à formação intelectual da burguesia Paulistana pautada numa formação humanística e reflexiva.

Foi durante o Estado Novo (1937 – 1945), de Getúlio Vargas, que foi criado o Ministério da Educação, onde se estabeleceram algumas diretrizes para o sistema educacional, que veio abranger parcelas mais amplas da população. Em meados do final da década de 1950, observam-se mudanças significativas na educação brasileira, sobretudo no Ensino Médio; neste período o desenvolvimento tomava conta do país, movido pela abertura do mercado para empresas multinacionais e demais setores da indústria.

Sendo assim, grande parte dos investimentos feitos na educação durante este período foram destinados a formação técnica, oferecendo qualificação de mão de obra às empresas que se instalavam no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevista na constituição de 1946, só veio ser posta em prática no final de 1961, durante o

governo de João Goulart, a lei 4024/61 tinha como uma de suas normativas a não obrigatoriedade do ensino de Filosofia e Sociologia.

Dois anos depois, em Março de 1964, a ditadura seguida do golpe militar provocaram novas mudanças na educação brasileira, até que em 1968, a filosofia foi retirada de todos os vestibulares do país e, em 1971 com a Lei 5692/71, elimina de vez a Filosofia e a Sociologia da grade curricular do Ensino Médio, sendo substituída pela OSPB (Organização social e Política Brasileira). Com as novas orientações curriculares, somadas à política econômica e a ideologia do regime militar, de 1964 a 1985, provocaram uma queda na qualidade do ensino, devido a uma grande carência de cultura humanística e de formação crítica.

Durante este período a filosofia manteve-se fora do Ensino Médio público, e seu retorno só aconteceu de modo parcial como disciplina optativa, entre os anos 1980, 1996, com a LDB nº 9394/96, a situação se mantém, no artigo 36 do parágrafo 1º, recomenda o “domínio dos conhecimentos de filosofia e de sociologia necessários ao exercício da cidadania”, contudo, sua presença como disciplina escolar não é aceita. A volta da Filosofia só acontece de fato em 2008, com a lei 11.684/08, revendo o artigo 36 da LDB estabelecendo a obrigatoriedade da inserção da filosofia e da sociologia nos currículos do Ensino Médio.

Neste período de um pouco mais de 50 anos de história, a Filosofia e seu ensino causaram inúmeras polêmicas, passando pela ditadura foi julgado um perigo à formação dos jovens, entendia-se que esta poderia levar os estudantes a anarquia e a subversão da ordem estabelecida, ademais era entendido pelos militares como porta de entrada para o regime comunista. E por outro lado as críticas acaudilhadas pelos intelectuais que defendiam a não obrigatoriedade do ensino de Filosofia consistia no seguinte argumento: “a filosofia não é disciplina e nem pode ser, pois é uma atitude crítica ao pensamento, e não há modelo pedagógico que de conta de sua natureza, ou que possa estabelecer limites didáticos para seu ensino. (FILOSOFIA, 2010, p. 15).

Contudo, tivemos as justificativas para o retorno da Filosofia no ensino médio, pois havia naquele momento a necessidade de um desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes; a luta pelo retorno da filosofia neste sentido caminhava ao lado ou tinha a mesma perspectiva, pois aparecia no contexto como um antídoto necessário no processo de redemocratização do país em face da ditadura de 1964.



Para além destas duas justificativas, acrescenta-se uma terceira, a saber, a exclusividade da filosofia sendo responsável por uma formação voltada ao exercício da cidadania, presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, neste sentido, a LDB age de maneira deliberativa no que se refere à tarefa da filosofia, sobre esta posição Silvio Gallo considera que:

Trata-se de fazer da Filosofia um instrumento para a realização de um fim, no caso o exercício da cidadania; e sabemos que, desde suas origens, a filosofia resiste a ser tutelada, a ser instrumentalizada. [...] instrumentalizá-la numa política nacional pode significar, pois, sua própria morte. E aí estaríamos no paradoxo dos paradoxos: inserir a filosofia enquanto movimento, processo, experiência de pensamento não tutelado! (GALLO, 2007, p.20).

Na história da Filosofia no Brasil, este projeto de imputar à filosofia uma tarefa de preparar os indivíduos para o exercício da filosofia e de fortalecer um projeto de nação sempre foi uma constante, bem como o de oferecer uma educação voltada exclusivamente para as classes dominantes, aos interesses políticos e os da metrópole. Diante do contexto social que estamos atravessando na atualidade, percebe-se um destaque excessivo voltado para uma adequação do ensino na conjuntura escolar às condições nas quais organizam-se o trabalho, o consumo e a produção capitalista. Sobre tais perspectivas da filosofia e seu ensino no Brasil, CEPPAS afirma:

O ensino de filosofia no nível médio foi quase sempre pensado em nossa cultura, do Ratio Studiorum aos Parâmetros curriculares nacionais, passando por Rui Barbosa e Silvio Romero, como parte de um projeto maior de desasnar as crianças, elevando-as ao nível da cultura letrada e preparando-as para o exercício da cidadania. São raros aqueles que, como Vieira e Oswald, tematizaram as armadilhas que se escondem nesse projeto cheio de boas intenções. (CEPPAS, 2010, p. 177)

Na atualidade do século XXI, ante o avanço inconsequente do neoliberalismo, o capitalismo pós-moderno tem exigido da educação o empreendimento de esforços voltados para a formação técnica e para o treinamento laboral em detrimento de um ensino voltado para uma perspectiva crítico – reflexivo. Portanto, algo que se distancia do ideal de indivíduos

críticos e autônomos, posto que adaptados às ideologias do consumo e do pragmatismo hedonista.

Perante a complexidade dos problemas que enfrentam as sociedades, de modo especial aqui no Brasil, marcado ainda pela concentração da riqueza embora que tenham sido empreendidos esforços no combate a desigualdade e a pobreza, bem como um contingente de jovens e adultos em situação de desnivelamento idade/série escolar, apesar da universalização da educação básica, é notável o grande desafio que o campo educacional tem na formação dos jovens.

Neste novo contexto de reinserção da Filosofia, de modo particular no Ensino Médio, olhando para a história se faz necessário pensar qual a identidade desse saber e atividade, uma vez que se faz presente em todas as salas de aula do Brasil, sem cair nos encantos de um positivismo pedagógico e das ideologias políticas, precisamos esboçar e construir um novo e longo caminho, que nos leve de fato a consolidação da relação da filosofia com a formação da cultura e com o ensino brasileiro, segundo Campaner:

A filosofia deve dar uma resposta ao rumo antifilosófico tomado pela sociedade atual, que é o de mostrar como as coisas não coincidem com seu conceito, e que a filosofia não coincide com a “Filosofia repugnante” daquele que as correntes por mais duradouras que sejam. O abismo que se abre diante dessa negação é o começo de uma crítica que não aceita a identificação, não aceita que os pensamentos correntes - os de outras teorias e os de mercado - coincidam com os seus próprios. (CAMPANER, 2012, p. 16)

Portanto, temos na história da filosofia brasileira vários elementos que apontam para as mais variadas posturas da filosofia e seu ensino, desde o seu início com a república até o presente momento a filosofia esteve a serviço de várias concepções; sejam políticas ou ideológicas no âmbito educacional. Posto isto, precisamos estar atentos ao novo cenário da educação brasileira dentro do contexto da globalização e, principalmente, qual é o papel específico da filosofia e de seu ensino na escola brasileira a fim de promover uma reconciliação ampla e autônoma com o ensino de filosofia.

Este breve panorama da história da filosofia e seu ensino no Brasil ajudam-nos a repensar alguns pontos da nossa formação filosófica, como, por exemplo, superar as deficiências e vícios de nossa formação acadêmica e a distância entre a mesma a fim de

promover o exercício da razão junto aos alunos do ensino médio e de resistir às amarras dos projetos institucionais voltados para a educação e a própria filosofia.

Um olhar atento para a história da filosofia e seu ensino no Brasil fará com que nossas práticas docentes não sejam meras reprodutoras do pensamento alheio. Parafraseando Lima Vaz, a “America não é mais a franja cultural da Europa”. Portanto, a filosofia para ser fecunda e alcançar seu objetivo precisa partir, em primeiro lugar, de sua dimensão social do conhecimento, a fim de discernir sob a relatividade das formas culturais, a consistência das estruturas essenciais, bem como a inserção do homem na natureza na forma de uma relação dinâmica que carrega a condição humana.

### III. O ENSINO DE FILOSOFIA A PARTIR DA ESPECIFICIDADE DA FILOSOFIA

A relação entre filosofia e seu ensino é bastante conflituosa, neste caso duas questões despontam quando tratamos do ensino da filosofia, por um lado entende-se que produzir filosofia é uma atividade marcadamente individual; enquanto, o ensino da filosofia supõe-se uma exposição pública, sobre esta questão muitos pensadores se colocaram a favor e outros ferrenhamente contra, entretanto temos na figura de Sócrates um indicativo de um ensinamento público da filosofia na Grécia antiga, motivo pelo qual foi condenado a morte. Sobre esta dualidade Cerletti (2009, p. 13) aponta que, “desde o seu início, a atividade de ensino ou transmissão da filosofia esteve estreitamente ligada ao seu desenvolvimento. Ensinar ou transmitir uma filosofia foi o objetivo originário de diversas escolas filosóficas e também uma ocupação de muitos filósofos”.

Todavia, podemos constatar o ensino de filosofia como prática filosófica, que sugere uma ruptura desse dualismo, assim temos desde Sócrates uma longa tradição que preconiza a estreita ligação entre filosofia e seu ensino. De fato, temos nas ditas escolas filosóficas a idéia de ensino, bem como a relação mestre-discípulo, como, por exemplo, o próprio Sócrates com sua maiêutica e Epicuro com seus jardins dentre outros que fundaram escolas filosóficas destinadas ao ensino da filosofia, o que segundo Obiols dilui a contradição exposta entre a atividade filosófica e o ensino da filosofia.

Isto quer dizer que a contradição exposta entre a atividade filosófica e o ensino começa a diluir-se quando se adverte que há práticas nas quais não é fácil distinguir-se entre uma e outra, senão que pelo contrário se encontram melhor integrados. Assim se supera, por um lado a produção filosófica solitária e, sobretudo, por outro lado a idéias de ensino de filosofia como transmissão de determinada transmissão de determinada informação no marco de uma matéria, para incluir e privilegiar aspectos formativos e finalidades de maior transcendência. (OBIOLS, 2002, p. 96)

Sendo assim, conclui-se que não há somente uma atividade filosófica, mas também de maior importância um ensino de Filosofia, e isso implica numa questão fundamental sobre este ensino, quando se trata de delinear qual tipo de aprendizagem e de qual ponto de partida devemos enfrentar a tarefa de ensinar Filosofia, o que supõe, neste caso, a compreensão de

duas dimensões: a da ação do professor de filosofia que tem a tarefa de apresentar e discutir a filosofia e a dimensão da teoria e da reflexão filosófica; segundo Obiols, Se o objetivo do ensino é, em geral, promover, facilitar ou produzir alguma aprendizagem, então o ponto de partida para pensar o ensino de filosofia é perguntarmos pelo tipo de aprendizagem filosófica possível e desejável (2002, p. 73).

Partindo deste pressuposto, considera-se que a atividade do docente em Filosofia deve ter sua raiz na especificidade da filosofia enquanto fonte originária do desenvolvimento de tal atividade, o que implica dizer que não basta para o ensino da Filosofia apenas técnicas e embasamento pedagógico, se esta não parte de especificidade da filosofia, no que se refere à demarcação da especificidade o OCN/Filosofia aponta para a reflexão como sendo específico da filosofia:

Ademais, se descrevermos alguns procedimentos característicos do filosofar, não importando o tema a que se volta nem a matriz teórica em que se realiza, podemos localizar o que caracteriza o filosofar. Afinal, é sempre distintivo do trabalho dos filósofos sopesar os conceitos, solicitar considerandos, mesmo diante de lugares comuns que aceitaríamos sem reflexão (por exemplo, o mundo existe?) ou de questões bem mais intrincadas, como a que opõe o determinismo de nossas ações ao livre arbítrio. Com isso, a filosofia costuma quebrar a naturalidade com que usamos as palavras tornando-as reflexão. (BRASIL, 2006, p. 22)

Nisto consiste o ensino de filosofia, aportar os estudantes e colocá-las em prática, como professor de filosofia é tarefa ensinar, mas ensinar na concepção de Obiols é concebido como ato no qual o professor introduz os elementos numa prática na qual é especialista: da pesquisa e da produção filosófica

Entretanto, mesmo tendo delineado os objetivos do ensino, tendo como finalidade promover ou facilitar a aprendizagem filosófica, não significa que os estudantes aprendem; não se pode garantir que a totalidade dos aprendizes se converta em especialistas. No entanto, precisamos considerar que além dos inúmeros desafios pertinentes ao ensino da filosofia, dentro da universalização do ensino médio é necessário considerar o aluno que é efetivamente um “sujeito de direito”, apresenta-se, antes de tudo como uma pessoa empiricamente determinada e ser tomado por aquilo que o caracteriza cuja realidade não pode ser negada.

Outrossim, é na sala de aula que se observa os maiores desafios que vão desde salas de aulas com muitos alunos às vezes turmas com 40 alunos, resultado da massificação até a infra estruturara e, sobretudo as condições de trabalho do professor tendo que oferecer em pouco menos de 50 minutos um conteúdo filosófico que possui inúmeras problemáticas que exigem uma mínima capacidade de reflexão, aspectos que atualmente vem se tornando uma grande dificuldade, posto que a informatização não nos permite verificar a totalidade das informações ou dito de outro modo, compreender o conjunto das realidades que permeiam nosso cotidiano. Neste ponto, o grande desafio é como alcançar o jovem do ensino médio, onde seu universo cultural não é apenas pré-filosófico, mas, sobretudo, anti-filosófico:

Não tenhamos ilusões: a nossa tarefa navega a contracorrente das necessidades culturais de nossos alunos. Nada neles ou, pelo menos, no comum deles pede filosofia. Damos-lhes o que não querem o que não podem querer já (é cedo demais), e ensinar filosofia, seja qual for a concepção que desse ensino se tenha, e tentar criar um apetite que não existe. (DIAS, 2005)

Diante desta realidade, precisamos buscar alternativas para enfrentar a falta de tal apetite, e de como romper com uma visão comum de mundo, voltando-se para uma postura indagadora da realidade. Para tanto, o caminho indicado nesta busca seria o de tornar os conhecimentos filosóficos significativos para o aluno, contudo, isso só é possível se os mesmos se inscrevem numa busca pessoal do sentido da vida e das coisas.

Outro desafio que tem surgido nos últimos anos decorrente do retorno da filosofia ao ensino médio, é o debate em torno da leitura dos textos filosóficos, nos últimos anos vem sendo superado a ideia de restringir o ensino da filosofia aos textos de manuais em prejuízo do contato direto do aluno com o pensamento do filósofo, hoje percebe-se como algo positivo advindo do debate à ideia de que a leitura do texto filosófico, ou ao menos de alguns trechos, deve ocupar um lugar importante no ensino da filosofia, embora outros recursos devam fazer parte da metodologia de ensino:

o locus do conhecimento é o texto, por conseguinte o texto ocupa lugar central e torna-se a única tecnologia possível e necessária. A exegese textual é o ponto de partida e a compreensão da estrutura do texto é ponto de chegada. Aprender filosofia é aprender como o problema filosófico é apresentado e solucionado argumentativamente pelo filósofo e ponto. O

conteúdo filosófico é tratado monograficamente: autor e problema ou conceito. (HORN, 2013)

Deste modo, grande parte dos estudiosos apontam que os livros didáticos e seus manuais, não devem de forma alguma ocupar o lugar do texto filosófico, estes devem ser utilizados como material de apoio, com a finalidade de introduzir e contextualizar historicamente o tema, a fim de promover esclarecimentos conceituais e temáticos, tendo em vista criar mediações entre o aluno e o saber filosófico, neste sentido:

A atividade reflexiva se manifesta nas aulas de filosofia durante a leitura de textos filosóficos, na formulação de argumentos e no debate de idéias filosóficas e na produção de textos de cunho filosófico, de forma que os textos de filosofia sejam subsidiadores e a atividade reflexiva seja o específico do filósofo no enfrentamento do texto de filosofia. (BRASIL, 2010, p. 191)

Neste sentido, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006) trazem em seu escopo esta questão em torno da metodologia de ensino da Filosofia; segundo o documento, para que o aluno possa desenvolver as competência e habilidades esperadas no fim de sua formação não pode haver uma separação entre conteúdo, metodologia e formas de avaliação. Tendo claros os pressupostos que sinalizam para um determinado tipo de metodologia que o documento aponta brevemente sem um maior aprofundamento, a mesma deve ter sua especificidade à luz da especificidade da filosofia, segundo o documento:

Assim, uma metodologia para o ensino da Filosofia deve considerar igualmente aquilo que é peculiar a ela e o conteúdo específico que estará sendo trabalhado. [...] a metodologia mais utilizada nas aulas de Filosofia é, de longe, a aula expositiva, muitas vezes com o apoio do debate ou de trabalhos em grupo. A grande maioria dos professores adota os livros didáticos (manuais) ou compõe apostilas com formato semelhante ao do livro didático; mesmo assim, valem-se da aula expositiva em virtude da falta de recursos mais ricos e de textos adequados [...] é possível dizer que a metodologia mais empregada no ensino de Filosofia destoa da concepção de ensino de Filosofia que se pretende. (BRASIL, 2006, p. 36)

Consequentemente, não se pode entender o ensino de filosofia pelo viés de certas práticas pedagógicas que tratam o ensino de filosofia simplesmente como uma mera transmissão, neste caso constitui uma posição contrária o professor de filosofia que transmite passivamente informações conceituais da história da filosofia, como se a mesma fosse um cabedal de nomes, datas, conceitos e ideias que o aluno do Ensino Médio deve memorizar como meio de adquirir conhecimentos de filosofia.

Entretanto, é necessário considerar os limites e dificuldades que o texto filosófico enfrenta na sala de aula, isso se dá, sobretudo, devido às condições culturais dos alunos, que nem sempre dispõem de uma formação adequada as suas necessidades, o que implica dizer que quanto maior for a distância entre o ponto de partida cultural do aluno e as exigências inerentes ao saber filosófico, maior será a importância dos procedimentos didáticos. Neste caso é de suma importância que, diante de um estudante que não teve acesso às qualidades requeridas para o exercício da reflexão filosófica, o professor possa produzir mediações pedagógicas capazes de nivelar ou aproximar o aluno do conteúdo filosófico:

Portanto no ensino de filosofia não basta levar em conta apenas a sistematização na apresentação dos conteúdos; é preciso considerar também as significações subjetivas, que devem ser diferenciadas do significado lógico e objetivo da disciplina. A análise de textos filosóficos pode não bastar para garantir a aprendizagem do aluno do ensino médio. Embora tais textos sejam potencialmente significativos, o aluno muitas vezes não tem condições de estabelecer com eles uma interação significativa por que lhe faltam referências que viabilizem tal interação. (RODRIGO, 2007, p. 45).

Esta tarefa específica do professor também abrange a questão dos materiais didáticos produzidos para o ensino de filosofia; nesta tarefa de criar meios para encurtar ou igualar as distâncias do aluno com o saber filosófico perpassa também pela elaboração de materiais de fácil compreensão adequados aos objetivos que se propõe alcançar, pois entende-se que de todos os materiais didáticos o texto filosófico é o que mais apresenta dificuldades e resistências nas turmas de ensino médio, para torná-lo acessível deve-se ter cuidado na escolha dos trechos a serem lidos, preferencialmente curtos e viáveis, trazendo temáticas as quais possam despertar o interesse do aluno e que sejam do domínio do professor.

Deste modo, é forçoso afirmar que não basta para o ensino da filosofia uma sistematização na exposição de conteúdos; é necessário levar em conta também as



significações subjetivas que devem ser diferenciadas do significado lógico e objetivo da disciplina, conforme ressalta a OCN/FILOSOFIA:

O objetivo da disciplina não é apenas propiciar ao aluno um mero enriquecimento intelectual. Ela é parte de uma proposta de ensino que pretende desenvolver no aluno a capacidade para responder lançando mão dos conhecimentos adquiridos as questões advindas das mais variadas situações. Essa capacidade de resposta deve ultrapassar a mera repetição de informações adquiridas, mas ao mesmo tempo apoiar-se em conhecimentos prévios. (BRASIL 2006, p. 29)

O que se observa muitas vezes nas salas de aula é uma exposição do conteúdo filosófico de modo descontextualizado da realidade do aluno, neste sentido, o que pode vir a permitir que os objetivos se tornem subjetivamente significativos é o vínculo pessoal que se cria entre o sujeito e o conhecimento que provém do interesse que impulsiona e motiva o aluno, para Rodrigo;

Para introduzir o aluno em uma postura filosófica é preciso partir de sua realidade, de seus modos de vivência e apreensão do real, de sua linguagem e de seus conceitos pré-filosóficos ou não filosóficos, de seu mundo cotidiano, conscientes, contudo, de que a instauração de uma postura filosófica exige a ruptura com cotidianidade. (RODRIGO, 46).

Essa cotidianidade é uma espécie de tirania de seu poder impessoal, anônimo que impõe a cada indivíduo seu comportamento, seu modo de pensar, seus gostos e suas crenças; o senso comum é o mundo do familiar, e é a partir desse horizonte que compreendemos o mundo, os homens e a nós próprios, contudo, é essa compreensão familiar da realidade torna-se um obstáculo para o pensar filosófico. Todavia, é importante que o aluno no início de seu contato com a filosofia, como maneira de despertar o seu interesse para as problemáticas do conhecimento filosófico, fosse uma aproximação por intermédio de experiências familiares que sejam do cotidiano do aluno, como por exemplo: músicas, poesia, textos de revistas, filmes etc.

[...] para que o saber filosófico se torne pessoalmente significativo, motive e desperte interesse, é preciso conceber estratégias didáticas capazes de

estabelecer alguma forma de relação entre esse saber e as referências culturais e experiências de que os estudantes já são portadores ao ingressar na escola. (RODRIGO, 2009, p.38)

Todavia, tratando-se do ensino de Filosofia sua justificativa deve-se pautar na especificidade da filosofia, sem deixar de lado aquilo que ela tem de mais valioso, que confere um saber diferenciado, sua liberdade na busca do saber, autonomia e independência frente às amarras, sejam elas institucionais, hegemônicas ou ideológicas. Trata-se de fato, de suas características principais, campo aberto e em desenvolvimento, sendo presença fundamental e efetiva no cotidiano de nossa educação.

#### IV. A DOCÊNCIA EM FILOSOFIA A PARTIR DA ESPECIFICIDADE DA FILOSOFIA

A inclusão da Filosofia no currículo brasileiro foi conquistada. Mas agora os professores têm de refletir sobre a seguinte questão: como tornar a Filosofia em uma matéria escolar que seja capaz de atrair a juventude, onde seu contexto atual visa uma formação eminentemente técnica, voltada para a preparação da mão de obra, com vista tão somente ao mercado de trabalho em detrimento das dimensões intelectual, afetiva, estética e política?

Através de estudos mais recentes sobre o ensino de filosofia, percebemos que o enfoque em torno do ensino de filosofia e a definição de seu campo problemático mudou de perspectiva. Tempos atrás a questão do ensino de filosofia não era visto como um problema filosófico relevante, a disciplina de filosofia ofertada no ensino médio brasileiro era vista como uma matéria secundária ou, no maior grau, como algo complementar, haja vista que tínhamos nos colégios, hoje em menor escala, professores de outras disciplinas que ministram aulas de filosofia.

Neste caso, cria-se uma grande indiferença por parte desses professores em relação à filosofia que recai sobre os alunos, aumentando ainda mais sua indiferença pela filosofia, além disso, os conteúdos variam de acordo com as concepções de mundo, sociedade e política, que nem sempre estão ligadas à especificidade da filosofia, o que acaba caracterizando um saber acrítico longe da realidade dos alunos ou apenas um ensino enciclopédico com a memorização de conceitos. Além disso, na visão destes professores podia-se ensinar filosofia como qualquer outra disciplina.

Um longo período desta modalidade de ensino de filosofia ocupou o ensino médio público brasileiro; neste aspecto, a formação docente também seguiu esta tendência onde ao docente seria possível ensinar a ensinar “em geral”, para depois suprir de conteúdos essa formação geral com os conhecimentos disciplinares próprios do campo

Este modo de pensar a docência está historicamente ligado a uma oposição entre a academia e a vida, onde se criaram vícios no que se refere à formação acadêmica, em que se instituiu um fosso entre ela e a difícil tarefa de exercitar a razão junto aos alunos do ensino médio, enquanto professores de filosofia precisamos superar esta concepção, caso contrário podemos nos tornar semelhantes àqueles que, em nossa história, se colocaram à margem da

realidade (os intelectuais da ideologia ilustrada) que se consideravam um grupo a parte, acima da incultura e do atraso, e que por isso, não poderia manter contato com os simples para não afetar a qualidade do que faziam, este modo de pensar e agir é um risco presente que pode comprometer a atividade de ser professor:

Quando o professor se põe a margem do status quo social e acadêmico do qual denuncia a alienação, o radicalismo ultrapassado ou o exílio na torre de marfim, projetando-se com seus pares e amigos em uma cruzada quixotesca contra a incultura circundante, ou elevando-se às alturas do desprezo olímpico. [...] acrescentemos: o esforço de autodesmascaramento. Necessidade coletiva de superar oposições esquemáticas entre o culto e o inculto, entre a academia e o mundo lá fora [...]. (BRASIL, 2010, p. 179)

Igualmente, é preciso ter a clara compreensão de que a tarefa específica do professor não consiste em ser um mero reproduzidor de um discurso filosófico, assim como se observa na graduação; muito embora seja relevante na formação do futuro docente. Contudo, percebe-se que a questão do ensino de filosofia fica a margem dentro do objetivo da licenciatura, decorrente de uma cisão interna durante sua formação, onde, por um lado, oferece-se o conteúdo estritamente filosófico e, por outro, os meios pedagógicos, quanto a esta cisão na formação do professor de Filosofia Obiols acentua que :

[...] o professor não pode ser treinado em uma série de destrezas ou habilidades para o ensino de uma matéria que apenas conhece, senão que tem que ser alguém capaz de realizar alguma produção ou prática que lhe permita enfrentar criticamente sua própria prática docente. [...] o enfoque prático e a concepção a concepção que faz do professor não um simples instrutor, mas um pesquisador ou um produtor em sua disciplina, ao contrário, é compatível com as melhores tradições da educação filosófica, aquelas que não separam o professor do filósofo ainda que não se pretenda que cada professor seja um Aristóteles (OBIOLS, 2012, p. 116 – 117).

Outrossim, percebemos ainda no âmbito da formação filosófica um antagonismo entre a pesquisa e o ensino, mesmo onde a formação filosófica é voltada para a licenciatura vemos uma tendência voltada para a cultura do bacharel, contudo, os documentos oficiais assinalam para a necessidade objetiva de que o professor de filosofia deve construir sua identidade enquanto agente que porta e atua dentro de um saber sistematizado e histórico no qual a filosofia se constitui, na posição de CEPPAS,

[...] defendemos que o professor de filosofia do Ensino Médio precisaria ter uma cultura filosófica tão vasta quanto a do bacharel, do mestre e do doutor, na medida em que precisa trabalhar com precisão as mais diversas referências da história da filosofia, e reagir com rapidez às mais diversas reações dos alunos. (CEPPAS, 2010, p. 180)

Neste ponto, faremos uma análise dos PCN/OCN/Filosofia tendo em vista compreender a docência em Filosofia e o papel do professor de Filosofia no Ensino Médio, assim como oferecer uma leitura sobre a ação da Filosofia e seu Ensino a partir de sua especificidade. De acordo com a OCN/ Filosofia, o professor deverá considerar na sua construção de identidade como docente de filosofia uma reflexão em torno do problema filosófico “o que é filosofia?” sendo esta resposta dada a partir de um determinado modo de filosofar que considere justificado. De fato, lemos:

Em suma, a resposta de cada professor de Filosofia do ensino médio à pergunta “que filosofia?” sempre dependerá da opção por um modo determinado de filosofar que considere justificado. Aliás, é relevante que ele tenha feito uma escolha categorial e axiológica a partir da qual lê o mundo, pensa e ensina. Isso só tende a reforçar sua credibilidade como professor de Filosofia, uma vez que não lhe falta um padrão, um fundamento a partir do qual pode dar início a qualquer esboço de crítica. (BRASIL, 2008, p. 24)

Ademais, a OCN/FILOSOFIA ressalta-se que a finalidade do ensino de filosofia é ajudar o aluno a desenvolver sua capacidade crítico-reflexivo, permitindo que o mesmo possa ampliar sua visão diante da realidade posta com seus antagonismos e complexidades; como professor de filosofia é próprio de sua atividade levar o aluno do ensino médio a fazer as relações entre as várias circunstâncias de sua vida prática e de seu espaço, evitando cair num ensino moralista, como apontado anteriormente esconde as armadilhas de uma formação conformista com vistas a atender os anseios dos que desejam uma unificação política seja qual for:

A tarefa do professor, ao desenvolver habilidades, não é inculcar valores, doutrinar, mas sim “despertar os jovens para a reflexão filosófica, bem como transmitir aos alunos do ensino médio o legado da tradição e o gosto pelo pensamento inovador, crítico e Independente [...] cumprindo satisfatoriamente a difícil tarefa de despertar o interesse do aluno para a reflexão filosófica e de articular conceitualmente os diversos aspectos culturais que então se apresentam (BRASIL, 2006, p. 33)

Neste sentido, Obiols (2002) diz que “a identidade do professor de Filosofia é marcada não só pelo ensino de filosofia, mas, sobretudo pela sua produção filosófica como atividade intrínseca ao ser de professor de Filosofia”. Destarte, é evidente que uma formação sólida se faz necessária para o docente em filosofia, afinal, o professor desta disciplina lida com idéias e por esta razão ele precisa considerar a pluralidade de pensamentos e conhecimentos a sua volta, não bastando para isto uma série de destrezas, mas, sobretudo, que seja alguém capaz de realizar uma prática ou produção em sua disciplina.

Por conseguinte, o futuro docente deve ser formado em princípios que permitam enfrentar sua própria prática docente, o que significa deixar evidente os referenciais teóricos imanescentes ao ensino de filosofia. Assim como o professor precisa optar por um modo de filosofar é salutar que o mesmo defina a sua concepção de ser humano, haja vista que os documentos oficiais trazem em seus esboços suas concepções éticas, políticas, morais e de ser humano, assim sendo, o professor precisa considerar a especificidade da filosofia e seu ensino para que possa delinear sua prática de ensino.

Um curso de filosofia deve se balizar pelo significado dessa atividade, pois ela se realiza a partir da experiência humana, ou melhor, da sua atividade no mundo. A filosofia não é, portanto, pura, mas nasce das relações. E em cada Filosofia de cada filósofo pode estar a Filosofia inteira. Somente valorizando essas relações é que poderemos trazer aos alunos de Filosofia - os futuros professores da disciplina no Ensino Médio - o significado dessa atividade reflexiva, e possibilitar a percepção de que seu papel crítico e transformador do real não está previamente dado. A presença da reflexão filosófica em seu próprio tempo é ela mesma, uma questão filosófica e, portanto, controversa. Ela é, ainda, uma reflexão de seu próprio tempo, não atrelada a ele de modo imediato, pois a atividade filosófica requer um distanciamento do objeto para que possa voltar-se a ele (CAMPANER, 2012, p. 30).

Contudo, é preciso estar atento quanto ao programa de ensino do conteúdo filosófico, não se trata de levar a cabo um projeto que tem como fim último a formação de alunos para serem filósofos, posto que não se possa garantir que todos aprendam, mas trata-se de garantir as condições necessárias para que o aluno adquira as ferramentas necessárias para o seu desenvolvimento pessoal e coletivo, ao lado disso o professor de filosofia precisa estabelecer de modo claro seus objetivos diante da tarefa de ensinar, assumindo sua identidade que deverá esta ligada a identidade da filosofia, ou seja, sua especificidade, nas palavras de Obiols:

Em primeiro é legítimo buscar na própria disciplina, em nosso caso a filosofia, em suas características próprias e em sua história, os elementos fundamentais para seu ensino. Em segundo lugar não é necessário, nem sequer conveniente, avançar no desenvolvimento obsessivo de uma metodologia de ensino de todos e de cada um dos temas ou problemas filosóficos. (OBIOLS, 2002, p. 118).

Ao observarmos a presença da filosofia na sala de aula percebemos que ela contribuiu dentro de seus limites, numa participação na vida permeada pelas relações, desenvolvendo o senso crítico, a capacidade de argumentação no debate de ideias, livres das paixões momentâneas, geralmente inculcadas por outros meios acrílicos ou até mesmo demagógicos. Este novo cenário no campo do ensino desmonta antigas práticas pedagógicas tradicionais, implicando uma nova concepção de ensino que faz o professor buscar uma formação permanente. Enfim, uma formação que leve a ultrapassar os limites impostos pelas instituições, o que segundo Cerletti:

Quer dizer, atravessar o que os demais (as instituições, os professores, o Estado, etc.) contribuíram para conformar o que cada um é, para assumir, individual e coletivamente, o que se quer ser. Isso supõe um duplo movimento de pensar-se em um mundo e, em consequência, pensar o mundo. Em definitiva, constitui o desafio de transformar-se realmente em sujeito da educação, o que pressupõe deixar de lado as tutelas para converter-se em protagonista da própria função (CERLETTI, 2012, p. 64)

Diante disso, devemos levar em consideração que a vinculação da filosofia, com os documentos normativos e o instituído político, pode comprometer aquilo que a filosofia tem de mais valioso, sua diversidade de conceitos e sua autonomia crítico – reflexiva, salientamos ainda que a escola não é um espaço neutro, e que a mesma é regida pelos documentos oficiais que tendem a uma homogeneização diante dos discursos hegemônicos presentes em nossa sociedade.

Sendo assim, enquanto professores devemos estar atentos as normatizações presentes na educação brasileira, para podermos de modo crítico e autônomo identificar discursos que conferem a filosofia no Ensino Médio apenas um instrumento a serviço do próprio Estado. Portanto, é preciso que o professor considere na filosofia aquilo que lhe é peculiar: sua

liberdade, autonomia e independência (seja do Estado ou de qualquer discurso instituído), pois, é este, o estatuto da filosofia, como projeto sempre aberto e em construção.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos aferir que nos últimos anos o estudo e a pesquisa sobre a Filosofia e seu ensino tem sido um campo vasto de possibilidades, que vão desde os inícios da filosofia aqui no continente, mas precisamente no Brasil colônia, onde a presença da Filosofia no currículo num primeiro momento atendia a necessidade de catequizar os índios e os negros trazidos da África, e depois para atender a educação das classes dominantes, que detinham o poder econômico e político do país.

Atualmente, a filosofia e seu ensino dentro da escola devem aprofundar a reflexão no intuito de revisar as conjeturas que se apresentam como óbvias de certas realidades, que sugerem uma ordem natural, e neste sentido a Filosofia irrompe com a sua radicalidade do seu interrogar, permitindo ao professor e aluno voltar seu olhar crítico reflexivo para a realidade que os cercam.

Precisamos estar atentos ao novo cenário da educação brasileira dentro do contexto da globalização e qual é o papel específico da filosofia e seu ensino na escola média brasileira a fim de promover uma reconciliação ampla e autônoma com o ensino de filosofia. Bem como repensar alguns pontos da nossa formação filosófica, como, por exemplo, superar as deficiências e vícios de nossa formação acadêmica centrado na mera transmissão dos saberes e a distância da vida externa a ela, a fim de promover o exercício da razão junto aos alunos do ensino médio e de resistir às amarras dos projetos institucionais voltados para a educação e a própria filosofia.

Partindo deste pressuposto, considera-se que a atividade do docente em Filosofia deve ter sua raiz na especificidade da filosofia como fonte originária no desenvolvimento de tal atividade, o que implica dizer que não basta para o ensino da Filosofia apenas técnicas e embasamento pedagógico, se esta não parte de especificidade da filosofia.

Vemos que a escola pública é o espaço privilegiado, para a consolidação e vitalização da filosofia e a realização, onde pode de maneira efetiva poderá cumprir sua função social, haja vista que no atual contexto a escola pública atinge os grandes contingentes de jovens, espalhados por todo o país, constituindo um espaço de contato com a filosofia e da filosofia com os mesmos, fazendo com que estes alunos saiam de um “filosofar” apenas do cotidiano para um filosofar mais sistemático e rigoroso, tornando-os capazes de refletir criticamente sua realidade.

Outrossim, ressaltamos a importância cultural e política do professor de Filosofia, sendo este o responsável mais direto pela mediação entre o aluno e o saber filosófico, isto significa enfrentar os meios que negam ou não favorecem uma educação emancipatória, tendo claro os limites impostos pelas condições em que atua, a fim de evitar falsas expectativas que acabam causando frustrações e desânimo. Neste sentido, o professor deve ter claros os objetivos do seu trabalho, considerando as possibilidades reais de realizá-lo, disposição para uma formação continuada, buscar soluções criativas a fim de superar as dificuldades na aprendizagem dos alunos e, sobretudo, estar sempre aberto à mudanças da metodologia de ensino, adaptando-a aos objetivos e às necessidades que porventura forem surgindo.

No entanto, é possível perceber que está se abrindo para o ensino de filosofia um novo tempo e é na sala de aula que temos um lugar de liberdade, restrito apenas a 50 minutos, segundo o qual constitui seu espaço e tempo em que se desenrola sua profissão e que, principalmente, precisam ser aproveitados o máximo possível, pois é seu compromisso político manifesto na especificidade de sua profissão do qual ele não pode se furtar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1995.

BRASIL, Ministério da educação. Secretária de Educação Básica. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. V.3 Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília, DF, 2006.

BRASIL, Ministério da educação. Secretária de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília, DF, 2000.

CAMPANER, Sônia. **Filosofia: ensinar e aprender**. Sônia Campaner. Livraria Saraiva, São Paulo 2012.

CARVALHO, Marcelo. CORNELLI, Gabriele. DANELON, Marcio. **FILOSOFIA: ensino médio/Coordenação**. Brasília Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino, v. 14) .

CERLETTI, Alejandro. **O ensino de filosofia como problema filosófico**. Alejandro Cerletti: Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte. Autentica, 2009.

DIAS, Rui Alexandre Grácio e Sousa. **Ensi(g)nar filosofia?** Disponível em: <<http://www.apfilosofia.org/>>. Acesso em 16 de Outubro de 2014.

HEIDEGGER, Martin. **Que é isto – a Filosofia?** Trad: Ernildo Stein. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Coleção Os Pensadores)

HORN, Geraldo Balduino. **Filosofar Filosofando**. Disponível<<http://filosofiacienciaevida.uol.com.br/>>. Acesso em 16 de Outubro de 2014.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843** / Karl Marx; tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; [supervisão e notas Marcelo Backes]. - [2.ed revista]. - São Paulo: Boitempo, 2010. Disponível em: <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/>>. Acesso em: 20 de Outubro de 2014.

\_\_\_\_\_. **A ideologia Alemã.** Versão eletrônica. Disponível em:<<http://www.ebooksbrasil.org/>>. Acesso em: 20 de Outubro de 2014.

MORRA, Gianfranco. **Filosofia para todos.** Trad. Mauricio Pagotto Marsola.: Paullus, 2001.

MURCHO. Desidério. **Entre o pragmatismo e o idealismo.** Disponível em: <[http://criticanarede.com/filos\\_idealprag.html](http://criticanarede.com/filos_idealprag.html)>. Acesso em 25 de Dezembro de 2014.

OBIOLS, Guilherme. **Uma introdução ao ensino da filosofia.** Trad. Sílvio Gallo, Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

SÁNCHEZ Vásquez, Adolfo. **Filosofia da Práxis.** Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso: São Paulo, Expressão Popular, Brasil, 2011.

SILVEIRA, Renê J. T.. **Filosofia no Ensino Médio: Temas, Problemas e Propostas.** São Paulo, SP: Loyola, 2017.

RODRIGO, Lidia Maria. **Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio.** Lidia Maria Rodrigo. Campinas, SP: Autores Associados, 2009, (Coleção formação de professores).

VARELA, Maria Helena. **A Filosofia no Brasil de Hoje.** Revista Portuguesa de Filosofia. 1999. p. 503 – 516.

VAZ, Henrique C. de Lima. **O pensamento filosófico no Brasil de Hoje.** Revista Portuguesa de Filosofia. 1961, p. 253 – 273.